

ESCOLA.SECUNDÁRIA.ALVES.MARTINS



Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Regulamento Interno

ESCOLA.SECUNDÁRIA.ALVES.MARTINS



Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Regulamento Interno

Aprovado na Reunião do Conselho Geral de

A equipa de trabalho:

Adelino Pinto; Alda Franco; Anabela Almeida; Arminda Lopes; Cristina Fonseca;
Miguel Borges; Paulo Viegas; Ricardo Inácio; Rogério Silva.

ÍNDICE

PREÂMBULO	1
CAPÍTULO I - DISPOSIÇÕES GERAIS	2
CAPÍTULO II – ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR	3
CAPÍTULO III - PROCESSO ELEITORAL	7
CAPÍTULO IV - ESTRUTURAS ORGANIZATIVAS	12
CAPÍTULO V - DISCENTES	26
CAPÍTULO VI - DOCENTES	43
CAPÍTULO VII – PESSOAL NÃO DOCENTE	44
CAPÍTULO VIII – PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO	46
CAPÍTULO IX – OUTRAS DISPOSIÇÕES	48
CAPÍTULO X - DISPOSIÇÕES FINAIS	51
ANEXOS	

PREÂMBULO

O regulamento interno (RI) constitui-se como o documento que enquadra, na Escola Secundária Alves Martins (ESAM), o regime de funcionamento de cada um dos seus órgãos de administração e gestão, das estruturas de orientação educativa e serviços especializados de apoio e inclusão, bem os direitos e deveres dos membros da comunidade escolar.

O RI dispõe, para além de aspetos organizativos, sobre direitos e deveres, utilização das instalações e equipamentos, acesso aos espaços escolares e reconhecimento ou valorização do mérito discente.

O presente documento ancora-se nos princípios gerais e organizativos do sistema educativo português, e visa a (re)organização do funcionamento das diferentes estruturas e serviços da ESAM enquanto prestadora de serviço público educativo e norteia-se por linhas identitárias e de autonomia, propiciadoras da edificação de uma escola inclusiva, num quadro regulamentar apto a acomodar incrementos metodológicos promotores de competências que confluam para o sucesso escolar e educativo, a efetiva aquisição de conhecimentos e capacidades e a formação de uma cidadania informada, participativa e responsável .

A revisão ora operada visa, também, sintonizando-se com o Programa *Simplex* para as escolas, expurgar do RI disposições redundantes com segmentos normativos legais, eliminando transcrições dos mesmos, e reorganizar a sistemática do documento.

Por razões de operacionalidade e de agilidade de consulta, crê-se útil, todavia, manter um tratamento mais explícito e alargado da parte respeitante a direitos e deveres dos alunos, pais e encarregados de educação e pessoal não docente.

Dada a especificidade e diversidade inerentes às ofertas formativas destinadas a maiores de 18 anos, opta-se pela sua autonomização em regulamento específico

Foram solicitados e recebidos contributos, veiculados quer individualmente, quer através das estruturas representativas da ESAM.

O que agora fica regulamentado não prejudica a aplicação das disposições de carácter imperativo ou supletivos vigentes, designadamente as que dizem respeito a outras regras de organização pedagógica da escola, normas de procedimento administrativo e direito adjetivo disciplinar.

Assim, nos termos conjugados do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 13.º do [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#), o conselho geral da ESAM, em reunião de __/__/2019, aprova o seguinte regulamento:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Âmbito de aplicação

O disposto no presente regulamento aplica-se na ESAM, em Viseu, definindo o seu regime de funcionamento e o dos respetivos órgãos e estruturas, bem como os direitos e deveres dos membros da comunidade educativa.

Artigo 2.º

Funcionamento

1. A ESAM é um estabelecimento de ensino oficial que leciona o terceiro ciclo do ensino básico, o ensino secundário e outras ofertas formativas.
2. A ESAM constitui-se ainda como entidade promotora de um Centro Qualifica (CQ).
3. O ensino regular funciona em unidades letivas de cinquenta minutos, decorrendo as aulas entre as 8h30 e as 13h25 no período da manhã e entre as 13h30 e as 18h25, no período da tarde, de segunda a sexta-feira.
4. As outras ofertas formativas destinadas a adultos funcionam em unidades letivas de quarenta e cinco e sessenta minutos, em horário pós-laboral, das 19h15 às 24h00.

Artigo 3.º

Órgãos de direção, administração e gestão

São órgãos de direção, administração e gestão desta escola os seguintes:

- a) O conselho geral;
- b) O diretor;
- c) O conselho pedagógico;
- d) O conselho administrativo.

CAPÍTULO II

ÓRGÃOS DE DIREÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO ESCOLAR

- Conselho Geral -

Artigo 4.º **Definição**

O conselho geral é o órgão de direção estratégica responsável pela definição das linhas orientadoras da atividade da escola, assegurando a participação e representação da comunidade educativa.

Artigo 5.º **Composição**

O conselho geral é constituído pelos seguintes membros:

- a) 8 representantes do pessoal docente;
- b) 2 representantes dos alunos, maiores de 16 anos;
- c) 2 representantes do pessoal não docente;
- d) 4 representantes dos pais e encarregados de educação;
- e) 2 representantes do município;
- f) 3 representantes da comunidade local.

Artigo 6.º **Competências**

Ao conselho geral incumbem as competências previstas no [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#).

Artigo 7.º **Mandato**

1. O mandato dos representantes do pessoal docente e não docente no conselho geral tem a duração de quatro anos escolares, iniciando-se a 1 de setembro do ano civil em que decorre a eleição.
2. O mandato dos representantes dos pais e encarregados de educação e dos alunos tem a duração de dois anos escolares.
3. O mandato dos representantes das instituições e/ou individualidades cooptadas pelo conselho geral tem a duração de 4 anos escolares.
4. Os membros do conselho geral são substituídos no exercício do cargo se, entretanto, perderem a qualidade que determinou a respetiva eleição ou designação.

5. As vagas resultantes da cessação do mandato dos membros eleitos são preenchidas pelos candidatos não eleitos subsequentes, segundo a respetiva ordem de precedência na lista a que pertencia o titular do mandato, com respeito pela conversão dos votos em mandatos, de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
6. Os membros cuja pertença ao órgão resulte da substituição de anteriores titulares, terminam as suas funções na data prevista para a conclusão do mandato dos membros substituídos.
7. Nos casos de inexistência de elementos substitutos, por esgotamento dos restantes membros da lista eleita, renúncia ou outros motivos, a duração do mandato dos novos membros a eleger é inicialmente acrescida do tempo necessário para se completar o período correspondente ao ano escolar em curso à data da eleição.

- Diretor -

Artigo 8.º **Definição**

O diretor é o órgão de administração e gestão da escola nas áreas pedagógica, cultural, administrativa, financeira e patrimonial.

Artigo 9.º **Mandato e competências**

1. O mandato e as competências do diretor constam do [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#).
2. No âmbito do regime jurídico da educação inclusiva são, ainda, competências do diretor as previstas no [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#).
3. O diretor exerce ainda as demais competências que lhe estão cometidas por lei ou pelo RI.

Artigo 10.º **Subdiretor e adjuntos do diretor**

O diretor é coadjuvado no exercício das suas funções por um subdiretor e por adjuntos, de acordo com o estatuído no [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#).

Artigo 11.º **Assessoria da direção**

Para apoio à atividade do diretor e mediante proposta deste, o conselho geral pode autorizar a constituição de assessorias técnico-pedagógicas, para as quais são designados docentes em exercício de funções na escola.

- Conselho Pedagógico -

Artigo 12.º **Definição**

O conselho pedagógico é o órgão de coordenação e supervisão pedagógica e orientação educativa da escola, nomeadamente nos domínios pedagógico-didático, da orientação e acompanhamento dos alunos e da formação inicial e contínua do pessoal docente.

Artigo 13.º **Composição**

O conselho pedagógico é constituído pelos seguintes membros:

- a) O diretor, que preside;
- b) 12 coordenadores de departamento curricular;
- c) 2 representantes dos serviços técnico-pedagógicos;
- d) 1 representante dos coordenadores dos diretores de turma;
- e) O coordenador do ensino recorrente, que representará também as outras ofertas formativas.

Artigo 14.º **Competências**

Ao conselho pedagógico cabem, para além das previstas no [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012, de 2 de julho](#), as seguintes competências:

- a) Aferir da conformidade dos dispositivos de avaliação, elaborados pelos departamentos curriculares, com os critérios gerais estabelecidos;
- b) Emitir parecer sobre os relatórios técnico-pedagógicos e, quando aplicável, programas educativos individuais;
- c) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Artigo 15.º **Funcionamento**

1. O conselho pedagógico reúne ordinariamente uma vez por mês e extraordinariamente sempre que seja convocado pelo respetivo presidente, por sua iniciativa, a requerimento de um terço dos seus membros em efetividade de funções ou sempre que um pedido de parecer do conselho geral ou do diretor o justifique.
2. Poderão participar no conselho pedagógico, sem direito a voto, outros elementos que o órgão entenda pertinente convidar, bem como admitir a participação de elementos que o solicitem.

Artigo 16.º

Mandato

O mandato dos membros do conselho pedagógico finda com a cessação da função que o determinou.

- Conselho Administrativo -

Artigo 17.º

Composição e funcionamento

1. O conselho administrativo é o órgão deliberativo em matéria administrativo-financeira da escola.
2. A sua composição, competências e regime de funcionamento são regulados pelo disposto no [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#).

CAPÍTULO III

PROCESSO ELEITORAL

- Conselho Geral -

Pessoal docente

Artigo 18.º

Listas

1. Os representantes do pessoal docente candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas integrando o nome de dezasseis docentes em exercício de funções na escola, devendo constar a indicação de oito membros efetivos e igual número de suplentes, todos eles em exercício efetivo de funções na escola.
2. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo I, modelo 1) e a aceitação dos candidatos será manifestada através de aposição de assinatura no referido impresso.
3. As listas serão propostas por dez elementos do pessoal docente em exercício efetivo de funções na escola.
4. As listas serão depositadas junto do chefe dos serviços administrativos, ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O presidente do conselho geral, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 19.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todos os docentes que se encontrem em exercício efetivo de funções na escola.

Artigo 20.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três docentes que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por consenso entre as listas candidatas ou por sorteio de entre os elementos da assembleia eleitoral, a realizar em ato público no terceiro dia útil anterior ao da realização do sufrágio, na sala dos professores, em hora e data a fixar pelo diretor, ou por quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.

3. Não constarão da lista de professores a submeter a sorteio o diretor, o sub-diretor, os adjuntos e assessores, nem os membros das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à afixação do caderno eleitoral, à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 21.º
Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão apazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, nos termos da lei vigente.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que será exercido presencialmente.
3. A assembleia de voto pode encerrar se e quando se verificar que tenha votado a totalidade dos eleitores.

Pessoal não docente

Artigo 22.º
Listas

1. Os representantes do pessoal não docente candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas, integrando o nome de quatro elementos em exercício efetivo de funções na escola, devendo constar a indicação dos dois elementos efetivos e dos dois suplentes.
2. As listas serão propostas por cinco elementos do pessoal não docente em exercício efetivo de funções na escola.
3. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo II, modelo 2). A concordância dos candidatos será formalizada através de aposição de assinatura no referido impresso.
4. As listas serão depositadas junto do chefe dos serviços administrativos ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O presidente do conselho geral, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 23.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todo o pessoal não docente que se encontre em exercício efetivo de funções na escola.

Artigo 24.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três elementos do pessoal não docente que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por sorteio de entre os elementos da assembleia eleitoral, a realizar em ato público no terceiro dia anterior ao da realização do sufrágio, em hora e data a fixar pelo diretor, ou quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.
3. Não constará da lista de pessoal não docente a submeter a sorteio qualquer elemento das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à afixação do caderno eleitoral, à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 25.º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão apazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, nos termos da lei vigente.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que será exercido presencialmente.
3. A assembleia de voto pode encerrar se e quando se verificar que tenha votado a totalidade dos eleitores.

Alunos

Artigo 26.º

Listas

1. Os representantes dos alunos candidatos ao conselho geral apresentar-se-ão em listas, integrando o nome de quatro alunos, maiores de 16 anos, devendo constar a indicação dos dois elementos efetivos e dos dois suplentes.
2. As listas serão propostas por dez alunos inscritos na escola.
3. A formalização das listas far-se-á em impresso próprio (anexo III, modelo 3). A concordância dos candidatos será formalizada através de aposição de assinatura no referido impresso.

4. As listas deverão ser depositadas junto do chefe dos serviços administrativos, ou de quem as suas vezes fizer, até cinco dias úteis antes da realização do ato eleitoral.
5. O presidente do conselho geral, ou quem as suas vezes fizer, identificará alfabeticamente as listas apresentadas, sequenciando-as por ordem de entrada, e procedendo à sua imediata afixação nos lugares de estilo.
6. A conversão dos votos em mandatos apurar-se-á de acordo com o método de representação proporcional da média mais alta de Hondt.
7. Cada lista poderá indicar até dois delegados que acompanharão todo o processo eleitoral.

Artigo 27.º

Assembleia eleitoral

A assembleia eleitoral integra todos os alunos da escola.

Artigo 28.º

Mesa eleitoral

1. A mesa da assembleia eleitoral será constituída por três delegados de turma que, entre si, elegerão o presidente, o secretário e o vogal.
2. Os três membros efetivos, bem como os três suplentes, serão achados por sorteio entre os delegados de turma dos 10º, 11º e 12º anos, a realizar em ato público no terceiro dia anterior ao da realização do sufrágio, em hora e data a fixar pelo presidente do conselho geral, ou quem as suas vezes fizer, prazo em que o mesmo órgão afixará o caderno eleitoral.
3. Não constará da lista dos alunos a submeter a sorteio qualquer elemento das listas candidatas.
4. Incumbirá à mesa proceder à identificação dos eleitores, ao apuramento de votos, à respetiva conversão em mandatos, à elaboração da ata respetiva e à afixação dos resultados finais.

Artigo 29.º

Ato eleitoral

1. O ato eleitoral e o horário do seu funcionamento serão apazados pelo presidente do conselho geral ou por quem as suas vezes fizer, até ao final do mês de outubro.
2. Os membros da mesa reunir-se-ão antes do início do escrutínio, verificarão a conformidade da urna e da câmara de voto, assegurando que as mesmas garantem o caráter rigorosamente secreto do sufrágio que será exercido presencialmente.
3. A assembleia de voto pode encerrar se e quando se verificar que tenham votado a totalidade dos eleitores.

Pais e Encarregados de Educação

Artigo 30.º **Representação**

1. Os representantes dos pais e encarregados de educação serão eleitos em assembleia geral de pais e encarregados de educação da escola, sob proposta da associação de pais e encarregados de educação e, na falta da mesma, nos termos definidos no número seguinte.
2. No caso de não se verificar a existência de associação de pais e encarregados de educação, deverá o presidente do conselho geral convocar os pais e encarregados de educação com quinze dias úteis de antecedência para uma reunião em que se procederá à eleição dos representantes referidos no número anterior.
3. A identidade dos representantes dos pais e/ou encarregados de educação eleitos para o conselho geral deverá ser comunicada ao presidente do órgão até ao final do mês de outubro.

Autarquia local

Artigo 31.º **Designação**

Os representantes do município são designados pela câmara municipal, podendo esta delegar tal competência nas juntas de freguesia.

Comunidade local

Artigo 32.º **Designação**

1. Os representantes da comunidade local, quando se trate de individualidades ou representantes de atividades de carácter económico, social, cultural e científico, são cooptados pelos demais membros.
2. Os representantes da comunidade local, quando se trate de representantes de instituições ou organizações, são indicados pelas mesmas.

- Diretor -

Artigo 33.º **Recrutamento**

1. Para recrutamento do diretor, desenvolve-se um procedimento concursal, prévio à eleição.
2. O diretor é eleito pelo conselho geral.
3. O conselho geral poderá, nos termos legais, reconduzir o diretor em funções.
4. O procedimento prévio, a eleição e a recondução regem-se pelo estipulado no [Decreto-Lei n.º 75/2008, de 22 de abril, na redação do Decreto-Lei n.º 137/2012 de 2 de julho](#).

CAPÍTULO IV

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA E SERVIÇOS TÉCNICOS

- Estruturas de coordenação e supervisão pedagógica -

Artigo 34.º
Definição

São estruturas de coordenação e supervisão pedagógica:

- a) Departamentos curriculares e grupos de recrutamento;
- b) Conselhos de turma;
- c) Conselho de diretores de turma;
- d) Outras ofertas formativas.

Departamento curricular

Artigo 35.º
Composição e funcionamento

1. Os departamentos curriculares são estruturas de orientação educativa a quem incumbe especialmente o desenvolvimento de medidas que reforcem a inclusão, a articulação e gestão curricular.
2. Com vista a assegurar a efetiva articulação e gestão curricular são constituídos, em cada departamento curricular, os seguintes grupos de recrutamento de acordo com o seguinte quadro:

Departamento curricular	Grupos de recrutamento
Línguas Românicas e Clássicas	300, 320, 350 e 360
Línguas Germânicas	330 e 340
História	400
Filosofia	410 e 290
Geografia	420
Economia e Contabilidade	430
Matemática	500, 530 e 550
Física e Química	510
Biologia e Geologia	520
Artes Visuais	600
Educação Física	620
Educação Especial	910, 920 e 930

3. As reuniões de departamento serão convocadas pelo respetivo coordenador e a convocatória será afixada no lugar de estilo com dois dias úteis de antecedência.
4. Da convocatória constará o dia, hora e o local da reunião, bem como a ordem de trabalhos.
5. As reuniões de departamento terão a duração máxima de duas horas.

Artigo 36.º
Competências

Ao departamento curricular compete:

- a) Gerir o cumprimento do currículo, de modo a que todos os alunos alcancem as competências previstas no perfil de alunos à saída da escolaridade obrigatória
- b) Planificar e adequar à realidade da escola a aplicação dos planos de estudos estabelecidos a nível nacional, constituindo-se as aprendizagens essenciais de cada componente do currículo como orientação curricular de base para efeitos de planificação e avaliação;
- c) Construir os dispositivos da avaliação tendo por base os critérios gerais de acompanhamento pedagógico e avaliação dos alunos, definidos em conselho pedagógico;
- d) Elaborar e aplicar medidas de reforço no domínio das didáticas específicas das disciplinas;
- e) Assegurar, de forma articulada com outras estruturas de orientação educativa da escola, a adoção de metodologias específicas destinadas ao desenvolvimento dos planos de estudo;
- f) Promover a gestão flexível e personalizada dos currículos, de forma a assegurar o acesso ao currículo ajustado às potencialidades, dificuldades e heterogeneidade dos alunos, com recurso a diferentes níveis de intervenção, numa abordagem multinível;
- g) Identificar necessidades de formação de docentes;
- h) Analisar e refletir sobre as práticas educativas e o seu contexto;
- i) Analisar e debater questões relativas à adoção de manuais escolares e outros materiais de ensino aprendizagem;
- j) Definir o material didático necessário para o trabalho na sala de aula;
- k) Propor critérios para a gestão de espaços e equipamentos;
- l) Elaborar e avaliar o plano anual de atividades do departamento, tendo em vista a concretização do projeto educativo de escola;
- m) Elaborar o inventário dos bens afetos às respetivas disciplinas;
- n) Elaborar o regimento interno do departamento;
- o) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Artigo 37.º

**Coordenador de departamento
curricular**

1. O coordenador de departamento curricular deve ser um docente de carreira e, se possível, detentor de formação especializada nas áreas de supervisão pedagógica, avaliação de desempenho docente ou administração escolar e educacional.
2. O coordenador de departamento curricular usufruirá de horas para o desempenho da sua função, conforme o preceituado na lei.
3. O coordenador de departamento é eleito pelo respetivo departamento, de entre uma lista de três docentes propostos pelo diretor para o exercício do cargo.

Artigo 38.º

Competências

1. Ao coordenador de departamento curricular compete:
 - a) Supervisionar a atividade pedagógica dos docentes do departamento;
 - b) Representar o respetivo departamento nas reuniões do conselho pedagógico;
 - c) Presidir às reuniões do departamento;
 - d) Submeter ao conselho pedagógico as propostas do departamento;
 - e) Promover a troca de experiências e a cooperação entre todos os docentes que integram o departamento;
 - f) Assegurar a coordenação das orientações curriculares e dos programas de estudo, promovendo a adequação dos seus objetivos e conteúdos à situação concreta da escola;
 - g) Promover a articulação com outras estruturas ou serviços da escola, com vista ao desenvolvimento de estratégias de diferenciação pedagógica;
 - h) Apoiar a adoção de medidas multinível, universais, seletivas e adicionais, destinadas a melhorar as aprendizagens e a inclusão dos alunos;
 - i) Colaborar na organização das atividades de substituição em articulação com o diretor;
 - j) Promover a realização de atividades de investigação, reflexão e estudo, visando a melhoria da qualidade das práticas educativas;
 - k) Desempenhar as funções de avaliação de docentes;
 - l) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
 - m) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.
2. Com vista a realizar eficazmente o acompanhamento e monitorização das práticas pedagógicas, o coordenador poderá:
 - a) Requerer aos restantes elementos do departamento as informações e os documentos considerados pertinentes;
 - b) Acompanhar a prática letiva na sala de aula;
 - c) Propor a coadjuvação ou a permuta temporária entre docentes.

Artigo 39.º

Coordenador de ano

1. Para uma maior eficácia no cumprimento do preceituado nos artigos 36.º e 38.º será criado o lugar de coordenador de ano por disciplina, quando o número de professores for igual ou superior a três por nível lecionado.
2. O coordenador de ano é um professor profissionalizado, designado pelo diretor, ouvido o coordenador de departamento, de entre aqueles que lecionam a disciplina e ano em apreço.

Artigo 40.º

Competências

Ao coordenador de ano compete:

- a) Coadjuvar o coordenador de departamento curricular;
- b) Coordenar as atividades dos professores da mesma área disciplinar;
- c) Acompanhar o cumprimento dos programas;
- d) Inventariar as necessidades de material didático;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Conselho de turma

Artigo 41.º

Composição e funcionamento

1. O conselho de turma é composto por todos os professores da turma, pelo delegado de turma e por dois representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos da turma.
2. O conselho de turma é presidido pelo respetivo diretor de turma, ou por quem as suas vezes fizer, exceto quando presidido pelo Diretor.
3. O conselho de turma reúne, ordinariamente, no início do ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, sempre que a assiduidade, razões de natureza pedagógica ou disciplinar o exijam.
4. Quando o conselho de turma reúne para efeitos de avaliação individual apenas participam os membros docentes.
5. As reuniões terão a duração máxima de duas horas e trinta minutos e serão convocadas pelo diretor.
6. De cada reunião será lavrada ata de modo a contemplar as decisões e deliberações tomadas, bem como as situações relevantes para o processo de ensino aprendizagem.
7. As atas serão lavradas pelo primeiro secretário, designado pelo diretor, e postas à aprovação de todos os membros, no final de cada reunião, sendo assinadas nos termos da lei.

Artigo 42.º
Competências

Ao conselho de turma compete:

- a) O diagnóstico, a identificação das características e as dificuldades de aprendizagem dos alunos da turma, concretizando planos e estratégias para colmatar as dificuldades e necessidades diagnosticadas;
- b) A articulação dos conteúdos curriculares das disciplinas, bem como o trabalho a desenvolver nas áreas curriculares não disciplinares, de modo a garantir a interdisciplinaridade;
- c) A identificação de diferentes ritmos de aprendizagem e eventuais dificuldades dos alunos, promovendo a articulação com a equipa multidisciplinar;
- d) A mobilização de medidas universais de suporte à aprendizagem e à inclusão, bem como propor as adaptações ao processo de avaliação;
- e) A promoção de atividades que envolvam os alunos e a comunidade escolar;
- f) A preparação de informação adequada, a disponibilizar aos pais e encarregados de educação, relativa ao processo de aprendizagem e avaliação dos educandos;
- g) A aferição de critérios comuns de atuação;
- h) A avaliação formativa e sumativa e, sempre que se justifique, a indicação de propostas de atuação para o ano letivo seguinte;
- i) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Artigo 43.º
Diretor de turma

1. Para coordenar o trabalho do conselho de turma, o diretor designa um diretor de turma de entre os professores da mesma.
2. O diretor de turma beneficia de uma redução da componente letiva, podendo ser assessorado nos termos da lei.

Artigo 44.º
Competências

Ao diretor de turma compete:

- a) Presidir às reuniões do conselho de turma;
- b) Coordenar, em colaboração com os docentes da turma, a adequação de atividades, conteúdos, estratégias e métodos de trabalho à situação concreta da turma e à especificidade de cada aluno;
- c) Promover junto do conselho de turma a realização de ações conducentes à aplicação do projeto educativo da escola;
- d) Assegurar a articulação entre os professores da turma e a comunicação com os alunos, pais e encarregados de educação;

- e) Promover um acompanhamento individualizado dos alunos;
- f) Divulgar junto dos professores da turma a informação necessária à adequada orientação educativa dos alunos;
- g) Fomentar a participação dos pais e encarregados de educação na concretização de ações para orientação e acompanhamento dos respetivos educandos;
- h) Informar os alunos e encarregados de educação dos recursos e serviços disponíveis;
- i) Coordenar o processo de avaliação dos alunos garantindo o seu caráter globalizante e integrador;
- j) Coordenar a implementação das medidas seletivas e/ou adicionais de suporte à aprendizagem e à inclusão propostas no relatório técnico-pedagógico dos alunos;
- k) Reunir com os pais e encarregados de educação, no final de cada período, e prestar informação sobre os conteúdos programados e lecionados em cada uma das disciplinas, bem como sobre o número de aulas previstas e ministradas;
- l) Promover a eleição do delegado e subdelegado de turma até ao dia 30 de setembro, entregando cópia da ata do escrutínio ao diretor;
- m) Convocar a reunião prevista no n.º 3 do artigo 69.º;
- n) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
- o) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Conselho de diretores de turma

Artigo 45.º

Composição e funcionamento

1. O conselho de diretores de turma é constituído pela totalidade dos diretores de turma e assessores do mesmo ano/ciclo.
2. O conselho de diretores de turma reunirá, ordinariamente, no início do ano letivo e no final de cada período e, extraordinariamente, por iniciativa do respetivo coordenador, a solicitação do diretor ou da maioria dos seus membros.

Artigo 46.º

Competências

Ao conselho de diretores de turma compete:

- a) Dinamizar e coordenar a realização de projetos interdisciplinares das turmas;
- b) Cooperar com outras estruturas de coordenação educativa na mobilização e gestão de recursos e de medidas pedagógicas que respondam à diversidade das necessidades de todos e de cada um dos alunos;
- c) Conceber e desencadear mecanismos de formação e apoio aos diretores de turma e assessores em exercício para o desempenho dessas funções;
- d) Identificar necessidades de formação no âmbito da direção de turma;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Artigo 47.º

**Coordenador de
diretores de turma de ciclo/ano**

1. O coordenador de ciclo/ano de diretores de turma é um professor designado pelo diretor, ouvido o respetivo conselho de ciclo/ano e que reúna competências a nível pedagógico e técnico adequadas às funções a desempenhar, dando-se preferência àquele que seja portador de formação especializada.
2. O coordenador de ciclo/ano de diretores de turma usufruirá de horas para o desempenho da sua função.
3. O mandato de coordenador tem a duração de um ano, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão fundamentada do diretor, ou a pedido do interessado, sempre mediante a audição prévia do conselho de ciclo/ano.
4. Os coordenadores de diretores de turma cooptam entre si aquele que os representa no conselho pedagógico.

Artigo 48.º

Competências

Ao coordenador de ciclo/ano de diretores de turma compete:

- a) Presidir ao conselho de diretores de turma de ciclo/ano;
- b) Colaborar com o diretor na elaboração de estratégias pedagógicas destinadas ao ano que coordena;
- c) Divulgar, junto dos referidos diretores de turma, toda a informação necessária ao adequado desenvolvimento das suas competências;
- d) Submeter ao conselho pedagógico as propostas dos conselhos de turma do ciclo/ano que coordena;
- e) Colaborar com o conselho pedagógico na apreciação de projetos relativos a atividades de enriquecimento e complemento curricular;
- f) Planificar, em colaboração com o conselho de diretores de turma que coordena e com os restantes coordenadores de ano, as atividades a desenvolver anualmente e proceder à sua avaliação;
- g) Apresentar ao diretor um relatório crítico anual, elaborado de forma sucinta, acerca das atividades desenvolvidas;
- h) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Outras ofertas formativas

Artigo 49.º

Natureza e constituição

1. As outras ofertas formativas são respostas criadas para quem frequentou, sem concluir, percursos formativos de nível secundário de educação, desenvolvidos ao abrigo de planos de estudo já extintos ou não.

2. As outras ofertas formativas destinam-se a candidatos com idade igual ou superior a 18 anos que queiram concluir o 12º ano.
3. Consideram-se outras ofertas formativas:
 - a) Ensino recorrente (ensino secundário);
 - b) Cursos de educação e formação de adultos (EFA);
 - c) Unidades de formação de curta duração (UFCD);
 - d) Via de conclusão do nível secundário de ensino (DL357/2007);
 - e) Português para falantes de outras línguas (PFOL);
 - f) Outras ofertas formativas que venham a ser aprovadas.

Artigo 50.º

**Coordenação das
outras ofertas formativas**

A coordenação das outras ofertas formativas é da responsabilidade do órgão de gestão e administração da escola que, para o efeito, designa um dos seus membros, denominado representante das outras ofertas formativas.

Artigo 51.º

Competências

Ao representante das outras ofertas formativas compete:

- a) Coordenar o Ensino Recorrente;
- b) Assegurar o funcionamento das diferentes ofertas formativas a nível pedagógico e administrativo;
- c) Reunir com o diretor, uma vez por trimestre, a fim de articular estratégias e procedimentos;
- d) Planificar as atividades a desenvolver e proceder à sua avaliação;
- e) Divulgar, junto da comunidade, toda a informação necessária ao desenvolvimento das suas competências;
- f) Zelar pelo cumprimento da legislação aplicável;
- g) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei e no RI.

Artigo 52.º

Regulamento específico

O desenvolvimento regulamentar das outras ofertas formativas e do CQ consta de documento próprio, [Regulamento Específico das Outras Ofertas Formativas](#).

- Serviços técnico-pedagógicos -

Artigo 53.º

Definição e objeto

1. Os serviços técnico-pedagógicos integram um conjunto de estruturas, e recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, assegurados por docentes e técnicos.
2. Constituem estruturas técnico-pedagógicas:
 - a) Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Azeredo Perdigão (BE/CREAP);
 - b) Gabinete de apoio à Saúde do Adolescente - Dr. Egas Moniz (GASA);
 - c) Serviços de psicologia e orientação (SPO);
 - d) Serviço de Ação Social Escolar (ASE);
 - e) Direção de instalações.
3. Constituem recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão:
 - a) Equipa multidisciplinar de apoio à educação Inclusiva (EMAEI);
 - b) Centro de apoio à aprendizagem (CAA);
 - c) Modelo de escola de referência para a educação bilingue (EREB);
 - d) Equipa de mediação comportamental (EMC).
4. A representação dos serviços técnico-pedagógicos no conselho pedagógico é designada pelo diretor, de entre os membros que os integram, ouvidos os seus representantes

Artigo 54.º

Biblioteca Escolar / Centro de Recursos Educativos Azeredo Perdigão (BE/CREAP)

1. A Biblioteca Escolar é uma estrutura pedagógica que se constitui como um centro dinamizador da leitura e das literacias, de aprendizagens autónomas, de difusão da informação, de construção do conhecimento e que se rege por normas de funcionamento constantes do respetivo regimento interno.
2. As instalações da BE/CREAP organizam-se em vários espaços integrados, compreendendo: área nuclear (zona de atendimento, secção de leitura informal e zona de consulta de documentação em qualquer suporte); área de gestão e de tratamento documental; área de utilização polivalente; área de exposições e área de armazenamento.
3. O desenvolvimento da coleção da BE/CREAP orienta-se por documento próprio e rege-se pelos seguintes princípios:
 - a) Garantia da liberdade intelectual, de acordo com os princípios constitucionais e os constantes no Manifesto da Unesco para a leitura;
 - b) Respeito pelas linhas de orientação da Rede de Bibliotecas Escolares e pelas orientações do Projeto Educativo da Escola.
4. A BE/CREAP, como núcleo de organização pedagógica, apoia o desenvolvimento do Projeto Educativo, definindo como prioritários os seguintes objetivos:
 - a) Apoiar o desenvolvimento curricular, disponibilizando meios e recursos e dinamizando a integração das tecnologias de informação e comunicação;

- b) Promover o hábito da leitura e a aprendizagem ao longo da vida, mobilizando a comunidade educativa;
- c) Formar para a literacia da informação, dentro de parâmetros seguros e éticos com vista a transformar a informação em conhecimento.

Artigo 55.º

Professor bibliotecário

- 1. Ao professor bibliotecário cabe, com o apoio da equipa da biblioteca escolar, a gestão da BE/CREAP.
- 2. A forma de designação do professor bibliotecário e as suas competências são as definidas na [Portaria n.º 192-A/2015, de 29 de junho](#).

Artigo 56.º

Equipa da biblioteca escolar

- 1. As funções de Coordenador da Equipa BE/CREAP são exercidas pelo professor bibliotecário, nos termos do artigo anterior, pelo período de quatro anos, podendo, todavia, cessar a todo o tempo, por decisão fundamentada do diretor, ouvido o conselho pedagógico, ou a pedido do interessado no final do ano letivo.
- 2. Os docentes que integram a equipa da BE/CREAP são designados pelo diretor da escola entre os que disponham de competências nos domínios pedagógico, de gestão de projetos, de gestão da informação, das ciências documentais e das tecnologias de informação e comunicação.
- 3. Os assistentes operacionais, que coadjuvam o professor bibliotecário, são designados pelo diretor, ouvido o professor bibliotecário.
- 4. As funções dos demais elementos da equipa BE/CREAP constam do respetivo regimento.

Artigo 57.º

Gabinete de Apoio à Saúde do Adolescente - Dr. Egas Moniz (GASA)

- 1. O GASA é um serviço de apoio ao aluno que visa atender e ajudar os discentes com problemas relacionados com a sua saúde física e psicológica.
- 2. O atendimento prestado pelo GASA é assegurado por profissionais de saúde no âmbito da parceria estabelecida com o Centro Hospitalar Tondela-Viseu.

Artigo 58.º

Serviços de Psicologia e Orientação (SPO)

1. Os SPO prestam apoio educativo especializado, com autonomia técnico-pedagógica e deontologia profissional.
2. Os SPO contribuem para a concretização da igualdade de oportunidades e da equidade, para a promoção do sucesso educativo e para a aproximação entre a escola, a família, e o mundo profissional, mediante o acompanhamento do aluno, apoiando o processo de escolha do seu projeto de vida e construção da sua identidade pessoal.
3. São competências dos SPO:
 - a) Colaborar com os professores, prestando apoio psicopedagógico às atividades educativas;
 - b) Identificar e analisar as causas de insucesso escolar e propor medidas tendentes à sua eliminação;
 - c) Integrar a EMAEI como elemento permanente;
 - d) Proceder à avaliação global de situações relacionadas com problemas de desenvolvimento, dificuldades de aprendizagem, competências e potencialidades específicas e prestar apoio psicopedagógico adequado;
 - e) Desenvolver, em colaboração com o CAA e com os diretores de turma, mecanismos que permitam detetar dificuldades de base, diferentes ritmos de aprendizagem ou outras necessidades dos alunos;
 - f) Colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas dos alunos e na elaboração de planos de acompanhamento envolvendo a comunidade educativa;
 - g) Desenvolver programas e ações de aconselhamento pessoal e vocacional a nível individual ou de grupo;
 - h) Planear e executar atividades de orientação escolar e profissional;
 - i) Realizar ações de informação escolar e profissional;
 - j) Avaliar psicologicamente candidatos a procedimentos concursais.
4. Os SPO articulam, de forma complementar e sempre que necessário, com outras instituições nomeadamente, da educação, da formação profissional, do ensino superior, do emprego, da segurança social e da saúde.

Artigo 59.º

Serviço de ação social escolar

1. A ação social escolar (ASE) constitui-se como um serviço de apoio aos alunos no domínio da ação social, visando a equidade e o sucesso escolar de todos os discentes.
2. A gestão deste serviço é assegurada por assistentes técnicos sob a coordenação de um elemento da direção, membro do conselho administrativo.

Artigo 60.º

Diretor de instalações

1. Sempre que a dimensão ou a especificidade dos equipamentos ou instalações assim o justifique, pode a direção de instalações ficar a cargo do coordenador do departamento, do coordenador de ano ou de um diretor de instalações nomeado para o efeito.
2. A opção por qualquer das situações referidas no número anterior caberá ao diretor, ouvido o coordenador de departamento.
3. O cargo referido no n.º 1 terá a duração de um ano letivo.

Artigo 61.º

Competências

Ao diretor de instalações ou a quem as suas vezes fizer compete:

- a) Elaborar o regulamento de utilização dos equipamentos ou instalações, que será submetido ao conselho pedagógico para aprovação;
- b) Zelar pela conservação de equipamentos e instalações, detetar anomalias e comunicá-las ao diretor;
- c) Anualmente, elaborar e manter atualizado o inventário do património que lhe está consignado;
- d) Propor a aquisição de bens e materiais, por ordem de prioridade e com indicação dos custos previsíveis;
- e) Exercer as demais competências que lhe sejam cometidas por lei.

Artigo 62.º

Equipa multidisciplinar de apoio à educação inclusiva (EMAEI)

1. A equipa multidisciplinar é uma equipa de apoio à operacionalização da educação inclusiva.
2. A constituição, competências e regime de funcionamento da EMAEI são as estipuladas no [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#).

Artigo 63.º

Centro de apoio à aprendizagem (CAA)

1. O CAA é uma estrutura de apoio agregadora dos recursos humanos e materiais, dos saberes e competências da escola que se insere no *continuum* de respostas educativas disponibilizadas pela escola e privilegia uma ação eminentemente colaborativa.
2. A constituição, competências e regime de funcionamento do CAA são as estipuladas no [Decreto-Lei n.º 54/2018, de 6 de julho](#).

Artigo 64.º

**Modelo de escola de referência
para a educação bilingue**

1. O modelo de escola de referência para a educação bilingue (EREB) constitui um recurso organizacional específico de apoio à aprendizagem e à inclusão, visando a implementação de um modelo de educação bilingue, garante do desenvolvimento linguístico, do acesso ao currículo nacional comum e à inclusão escolar, social e profissional dos jovens surdos, assegurando, nomeadamente:
 - a) O desenvolvimento da língua gestual portuguesa (LGP) como primeira língua (L1);
 - b) O desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua (L2);
 - c) A criação de espaços de reflexão e formação, incluindo na área de LGP, numa perspetiva de trabalho colaborativo entre os diferentes profissionais, os pais e encarregados de educação e a comunidade educativa em geral.
2. O funcionamento de acordo com o modelo de escola de referência para a educação bilingue pressupõe recursos humanos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão, designadamente docentes com formação especializada em educação especial na área da surdez, docentes de LGP, intérpretes de LGP e terapeutas da fala.
3. Enquanto escola que se rege pelo modelo de escola de referência para a educação bilingue, compete a esta a organização de respostas educativas diferenciadas, de acordo com os níveis de ensino e características individuais dos alunos.
4. A EREB deve respeitar o princípio de equidade educativa, traduzido nas condições de acesso ao currículo e na participação em todas as atividades da escola pelo desenvolvimento de contextos bilingues, garante de inclusão escolar e social dos jovens surdos.

Artigo 65.º

Objetivos

1. Assegurar o desenvolvimento da LGP como primeira língua dos alunos surdos.
2. Assegurar o desenvolvimento da língua portuguesa escrita como segunda língua dos alunos surdos.
3. Assegurar os apoios de reforço das aprendizagens, preferencialmente, com os docentes titulares das disciplinas e em colaboração com o intérprete que acompanha o aluno surdo.
4. Criar e disponibilizar equipamentos e materiais pedagógicos bilingues específicos, bem como de outros apoios que contribuam para um melhor desempenho do aluno surdo.
5. Organizar e apoiar os processos de transição para a vida ativa dos jovens surdos, garantindo o seu acompanhamento pelos docentes de LGP e de educação especial e pelo intérprete de LGP.
6. Criar espaços de reflexão e partilha de conhecimentos e experiências, numa perspetiva transdisciplinar de desenvolvimento de trabalho cooperativo entre profissionais com diferentes formações que desempenham as suas funções com alunos surdos.

7. Programar e desenvolver ações de formação em LGP para a comunidade escolar e para os familiares dos alunos surdos.

Artigo 66.º

Organização

1. O ensino deve ser feito através dos docentes de LGP, assegurada a presença de intérprete de LGP.
2. São privilegiadas as metodologias visuais bem como todas as formas de comunicação alternativa, no processo de ensino e aprendizagem dos alunos surdos.
3. Aos alunos surdos é assegurada uma carga horária na disciplina de LGP adequada e compatível, bem como na disciplina de Português Língua Segunda, para permitir a aquisição de competências e conhecimentos necessários em contexto bilingue para surdos, garantindo-se a articulação pedagógica e didática entre estes profissionais.
4. Aos alunos ouvintes é disponibilizada a disciplina de LGP, lecionada pelo docente de LGP, com a cooperação do intérprete de LGP, sempre que se considere necessário.

Artigo 67.º

Equipa de mediação comportamental

1. A equipa de mediação comportamental visa, em conjunto com o diretor de turma, assessor e/ou o professor tutor, acompanhar e intervir em situações de incumprimento grave ou reiterado dos deveres dos alunos, quer comportamentais, quer de assiduidade, numa perspetiva formativa e preventiva.
2. Os elementos integrantes da equipa deverão possuir um perfil adequado à mediação de conflitos.

CAPÍTULO V DISCENTES

Direitos

Artigo 68.º
Direitos do aluno

1. O aluno tem direito a:

- a) Ser tratado com respeito e correção por qualquer membro da comunidade educativa, não podendo, em caso algum, ser discriminado em razão da raça, sexo, orientação sexual ou identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas ou religiosas;
- b) Usufruir do ensino e de uma educação de qualidade de acordo com o previsto na lei, em condições de efetiva igualdade de oportunidades;
- c) Escolher e usufruir, nos termos estabelecidos no quadro legal aplicável, por si ou, quando menor, através dos seus pais ou encarregados de educação, o projeto educativo que lhe proporcione as condições para o seu pleno desenvolvimento físico, intelectual, moral, cultural e cívico e para a formação da sua personalidade;
- d) Ver reconhecidos e valorizados o mérito, a dedicação, a assiduidade e o esforço no trabalho e no desempenho escolar e ser estimulado nesse sentido;
- e) Ver reconhecido o empenhamento em ações meritórias, designadamente, o voluntariado em favor da comunidade em que está inserido ou da sociedade em geral, praticadas na escola ou fora dela, e ser estimulado nesse sentido;
- f) Usufruir de um horário escolar adequado ao ano frequentado, bem como de uma planificação equilibrada das atividades curriculares e extracurriculares, nomeadamente as que contribuem para o desenvolvimento cultural da comunidade;
- g) Beneficiar, no âmbito dos serviços de ASE, de um sistema de apoios que lhe permitam superar ou compensar as carências do tipo sociofamiliar, económico ou cultural que dificultem o acesso à escola ou o processo de ensino;
- h) Usufruir de prémios ou apoios e meios complementares que reconheçam e distingam o mérito;
- i) Beneficiar de outros apoios específicos, necessários às suas necessidades escolares ou à sua aprendizagem, através dos SPO ou de outros recursos específicos de apoio à aprendizagem e à inclusão;
- j) Ver salvaguardada a sua segurança na escola e respeitada a sua integridade física e moral, beneficiando, designadamente, da especial proteção consagrada na lei penal para os membros da comunidade escolar;
- k) Ser assistido, de forma pronta e adequada, em caso de acidente ou doença súbita, ocorrido ou manifestada no decorrer das atividades escolares;
- l) Ver garantida a confidencialidade dos elementos e informações constantes do seu

- processo individual, de natureza pessoal ou familiar;
- m) Participar, através dos seus representantes, nos termos da lei, nos órgãos de administração e gestão da escola, na criação e execução do respetivo projeto educativo, bem como na elaboração do RI;
 - n) Eleger os seus representantes para os órgãos, cargos e demais funções de representação no âmbito da escola, bem como ser eleito, nos termos da lei e do RI da escola;
 - o) Apresentar críticas e sugestões relativas ao funcionamento da escola e ser ouvido pelos professores, diretores de turma e órgãos de administração e gestão da escola em todos os assuntos que justificadamente forem do seu interesse;
 - p) Organizar e participar em iniciativas que promovam a formação e ocupação de tempos livres;
 - q) Ser informado acerca de todos os assuntos que justificadamente sejam do seu interesse, nomeadamente sobre o RI, o modo de organização do plano de estudos ou curso, o programa e objetivos essenciais de cada disciplina ou área disciplinar e os processos e critérios de avaliação, bem como sobre a matrícula, o abono de família e apoios socioeducativos, as normas de utilização e de segurança dos materiais e equipamentos e das instalações, incluindo o plano de emergência, e, em geral, sobre todas as atividades e iniciativas relativas ao projeto educativo da escola;
 - r) Participar nas demais atividades da escola, nos termos da lei e do presente RI;
 - s) Participar no processo de avaliação, através de mecanismos de auto e heteroavaliação;
 - t) Beneficiar de medidas, a definir pela escola, adequadas à recuperação da aprendizagem nas situações de ausência devidamente justificada às atividades escolares;
 - u) Eleger e ser eleito como representante dos alunos.
2. A fruição dos direitos consagrados nas suas alíneas g), h) e r) do número anterior pode ser, no todo ou em parte, temporariamente vedada em consequência de medida disciplinar corretiva ou sancionatória aplicada ao aluno, nos termos previstos no presente RI.

Artigo 69.º

Representação dos alunos

1. Os alunos podem reunir-se em assembleia de alunos ou assembleia geral de alunos e são representados pela associação de estudantes, pelos seus representantes no conselho geral, pelo delegado ou subdelegado de turma e pelo conselho de delegados de turma.
2. A associação de estudantes ou, caso se verifique a sua inexistência ou inércia, os representantes dos alunos referidos no ponto anterior têm o direito de solicitar ao diretor a realização de reuniões para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da escola.

3. O delegado e o subdelegado de turma têm o direito de solicitar a realização de reuniões da turma com o respetivo diretor de turma para apreciação de matérias relacionadas com o funcionamento da turma, sem prejuízo do cumprimento das atividades letivas.
4. Por sua iniciativa ou dos alunos, o diretor de turma pode solicitar a participação dos representantes dos pais e encarregados de educação dos alunos na turma na reunião referida no número anterior.
5. Não podem ser eleitos ou continuar a representar os alunos nos órgãos ou estruturas da escola aqueles a quem seja ou tenha sido aplicada, nos últimos dois anos escolares, medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada ou sejam, ou tenham sido nos últimos dois anos escolares, excluídos da frequência de qualquer disciplina ou retidos em qualquer ano de escolaridade por excesso grave de faltas.

Artigo 70.º

Delegado de turma

1. O delegado de turma é eleito pelos alunos da turma, por maioria e de entre os inscritos na totalidade das disciplinas obrigatórias, sendo-lhe correspondentemente aplicável o estatuído no n.º 5 do artigo anterior.
2. O mandato tem a duração de um ano letivo, cessando com a aplicação de medida disciplinar sancionatória superior à de repreensão registada.
3. Será considerado subdelegado o segundo aluno mais votado, aplicando-se à sua eleição e mandato o preceituado nos números anteriores.

Artigo 71.º

Conselho de delegados de turma

1. O conselho de delegados de turma integra os delegados de todas as turmas da ESAM.
2. Sem prejuízo do disposto no n.º 2 do artigo 69.º, o conselho de delegados de turma reúne ordinariamente, durante o primeiro período, com o diretor, mediante convocatória deste.
3. O delegado de turma será substituído, nas suas ausências ou impedimentos, pelo subdelegado.

Artigo 72.º

Associação de Estudantes

1. A associação de estudantes exerce com autonomia estatutária própria a representação dos alunos da ESAM e desenvolve a sua atividade em espaço próprio, definido pela escola.
2. No âmbito do seu exercício pode propor atividades de caráter cultural, cívico, desportivo ou lúdico.

Deveres

Artigo 73.º
Deveres do aluno

O aluno tem o dever de, designadamente:

- a) Estudar, aplicando-se, de forma adequada à sua idade, necessidades educativas e ao ano de escolaridade que frequenta, na sua educação e formação integral;
- b) Ser assíduo, pontual e empenhado no cumprimento de todos os seus deveres no âmbito das atividades escolares;
- c) Ser portador do material indispensável ao trabalho na sala de aula e utilizá-lo em conformidade com o dispositivo de avaliação e orientações do respetivo professor;
- d) Aguardar junto à sala de aula, após o segundo toque, pelo professor da disciplina ou por quem as suas vezes fizer;
- e) Seguir as orientações dos professores relativas ao seu processo de ensino;
- f) Tratar com respeito e correção qualquer membro da comunidade educativa, independentemente da raça, sexo, orientação sexual ou identidade de género, condição económica, cultural ou social ou convicções políticas, ideológicas, filosóficas ou religiosas;
- g) Guardar lealdade para com todos os membros da comunidade educativa;
- h) Respeitar a autoridade e as instruções dos professores e do pessoal não docente;
- i) Contribuir para a harmonia da convivência escolar e para a plena integração na escola de todos os alunos;
- j) Participar nas atividades educativas ou formativas desenvolvidas na escola, bem como nas demais atividades organizativas que requeiram a participação dos alunos;
- k) Respeitar a integridade física e psicológica de todos os membros da comunidade educativa, não praticando quaisquer atos, designadamente violentos, independentemente do local ou dos meios utilizados, que atentem contra a integridade física, moral ou patrimonial dos professores, pessoal não docente e alunos;
- l) Prestar auxílio e assistência aos restantes membros da comunidade educativa, de acordo com as circunstâncias de perigo para a integridade física e psicológica dos mesmos;
- m) Zelar pela preservação, conservação e asseio das instalações, material didático, mobiliário e espaços verdes da escola, fazendo uso correto dos mesmos;
- n) Respeitar a propriedade dos bens de todos os membros da comunidade educativa;
- o) Permanecer na escola durante o seu horário salvo autorização escrita do encarregado de educação ou do diretor, sem prejuízo do estipulado na alínea a) no n.º 5 do artigo 87.º.
- p) Participar na eleição dos seus representantes e prestar-lhes toda a colaboração;
- q) Conhecer e cumprir o Estatuto do Aluno e Ética Escolar (EAEE), as normas de funcionamento dos serviços da escola e o RI da mesma, subscrevendo declaração

anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral;

- r) Não possuir e não consumir substâncias aditivas, em especial drogas, tabaco e bebidas alcoólicas, nem promover qualquer forma de tráfico, facilitação e consumo das mesmas;
- s) Não consumir alimentos, guloseimas, pastilhas elásticas e bebidas, exceto água, nas salas de aula e noutros espaços destinados à aprendizagem, exceto em casos devidamente autorizados;
- t) Não transportar quaisquer materiais, equipamentos tecnológicos, instrumentos ou engenhos passíveis de, objetivamente, perturbar o normal funcionamento das atividades letivas, ou poderem causar danos físicos ou psicológicos aos alunos ou a qualquer outro membro da comunidade educativa;
- u) Não utilizar quaisquer equipamentos tecnológicos, designadamente, telemóveis, equipamentos, programas ou aplicações informáticas, nos locais onde decorram aulas ou outras atividades formativas ou reuniões de órgãos ou estruturas da escola em que participe, exceto quando a utilização de qualquer dos meios acima referidos esteja diretamente relacionada com as atividades a desenvolver e seja expressamente autorizada pelo diretor, professor, ou responsável pela supervisão dos trabalhos ou atividades em curso;
- v) Não captar sons ou imagens, designadamente, de atividades letivas e não letivas, sem autorização prévia dos professores, do diretor ou do responsável pela supervisão dos trabalhos ou atividades em curso, bem como, quando for o caso, de qualquer membro da comunidade escolar ou educativa cuja imagem possa, ainda que involuntariamente, ficar registada;
- w) Não difundir, na escola ou fora dela, nomeadamente, via internet ou através de outros meios de comunicação, sons ou imagens captadas nos momentos letivos e não letivos, sem autorização do diretor da escola;
- x) Respeitar os direitos de autor e de propriedade intelectual;
- y) Cuidar da sua higiene pessoal e apresentar-se com vestuário que se revele adequado, em função da idade, à dignidade do espaço e à especificidade das atividades escolares;
- z) Reparar os danos por si causados a qualquer membro da comunidade educativa ou em equipamentos ou instalações da escola ou outra onde decorram quaisquer atividades decorrentes da vida escolar e, não sendo possível ou suficiente a reparação, indemnizar os lesados relativamente aos prejuízos causados;
- aa) Ser, diariamente, portador do cartão de estudante.

Artigo 74.º

Deveres do delegado de turma

São deveres do delegado de turma:

- a) Representar a turma em todos os assuntos que a esta digam respeito;
- b) Contribuir, em colaboração com o subdelegado, para a criação de um clima de tranquilidade que propicie o ensino e aprendizagem;
- c) Participar nas reuniões do conselho de delegados de turma;
- d) Solicitar a realização de assembleia de alunos com o respetivo diretor de turma nos termos do artigo 69.º do presente RI;
- e) Colaborar com os professores e diretor de turma na resolução de problemas da turma;
- f) Comunicar, sempre que necessário, a ausência do professor ao assistente operacional mais próximo;
- g) Fazer-se substituir pelo subdelegado, em caso de manifesta impossibilidade.

Artigo 75.º

Deveres do subdelegado de turma

São deveres do subdelegado de turma:

- a) Contribuir, em colaboração com o delegado de turma, para a resolução de problemas da turma e para a criação de um clima de tranquilidade, propício ao ensino e aprendizagem;
- b) Substituir o delegado de turma para todos os efeitos em caso de impossibilidade, impedimento ou cessação do mandato.

Artigo 76.º

Incumprimento dos deveres dos alunos

1. Quando o aluno não respeitar o estabelecido na alínea c) do artigo 73.º, deverá o professor, atendendo à especificidade da sua disciplina, proceder ao seu próprio registo e sempre que o aluno reincida no incumprimento, o professor averbará falta de material ao aluno, sendo esta equiparada, para todos os efeitos, a falta de presença.
2. Quando o aluno não comparecer, na sala de aula, até ao segundo toque, violando o disposto na alínea b) do artigo 73.º, deverá o professor averbar falta de pontualidade ao aluno.
3. Sempre que se verifiquem as situações previstas nos n.ºs 1 e 2, deverá o diretor de turma convocar o encarregado de educação, pelo meio mais expedito, a fim de o alertar para o efeito das mesmas no processo de ensino e aprendizagem.
4. Se prejuízo do disposto nos números anteriores, deverá o professor, considerando os dispositivos de avaliação, ponderar o efeito dos incumprimentos acima referidos na avaliação do aluno.

5. Quando o aluno não respeitar o estabelecido na alínea m) do artigo 73.º, deverá o mesmo ser responsabilizado pela reparação do dano, podendo ainda ser aplicada a medida corretiva prevista nas alíneas b) e c) do n.º 5 do artigo 87.º.
6. Sempre que o aluno não respeite o estabelecido na alínea u) do artigo 73.º, ser-lhe-á aplicada a medida corretiva prevista na alínea b) do n.º 2 do artigo 86.º, procedendo-se à marcação da respetiva falta e à comunicação escrita ao diretor de turma, que deverá informar o encarregado de educação.
7. Durante a realização de provas de avaliação, a infração ao disposto na alínea u) do artigo 73.º, implicará a anulação das mesmas.
8. Sempre que o aluno não respeite o estabelecido nas alíneas t), u) e v) do artigo 73.º, deverá o elemento da comunidade educativa que observe a infração proceder a uma comunicação escrita ao diretor de turma e/ou diretor, que adotará os procedimentos tidos por convenientes.

Processo individual do aluno

Artigo 77.º

Processo Individual do aluno

1. O processo individual do aluno acompanha-o ao longo de todo o seu percurso escolar, sendo devolvido aos pais ou encarregado de educação ou, se maior de idade, ao aluno, no termo da escolaridade obrigatória.
2. São registadas no processo individual do aluno as informações relevantes do seu percurso educativo, designadamente as relativas a comportamentos meritórios e a medidas disciplinares sancionatórias aplicadas e seus efeitos, bem como as situações, atividades, medidas de recuperação e/ou corretivas decorrentes da ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas.
3. O processo individual do aluno constitui-se como registo exclusivo em termos disciplinares, podendo ser acedido, nos termos dos n.ºs 4 e 5 do artigo 11.º do EAEE, junto dos serviços de administração escolar no horário normal de funcionamento.
4. As informações contidas no processo individual do aluno referentes a matéria disciplinar e de natureza pessoal e familiar são estritamente confidenciais, encontrando-se vinculados ao dever de sigilo todos os membros da comunidade educativa que a elas tenham acesso.

Dever de assiduidade

Artigo 78.º

Frequência e assiduidade

1. Para além do dever de frequência da escolaridade obrigatória, os alunos, bem como os pais/encarregados de educação dos alunos menores de idade, são responsáveis pelo cumprimento dos deveres de assiduidade e pontualidade.

2. O dever de assiduidade e pontualidade implica para o aluno a presença e a pontualidade na sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar munido do material didático ou equipamentos necessários, de acordo com as orientações dos professores, bem como uma atitude de empenho intelectual e comportamental adequada, em função da sua idade, ao processo de ensino.
3. A falta é a ausência do aluno a uma aula ou a outra atividade de frequência obrigatória ou facultativa caso tenha havido lugar a inscrição, falta de pontualidade ou a comparência sem o material didático ou equipamento necessários, nos termos estabelecidos no presente RI.

Artigo 79.º

Dispensa da atividade física

1. O aluno pode ser dispensado temporariamente das atividades de educação física ou desporto escolar por razões de saúde, devidamente comprovadas por atestado médico, que deve explicitar claramente as contraindicações da atividade física.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, o aluno deve estar sempre presente no espaço onde decorre a aula de educação física.
3. Sempre que, por razões devidamente fundamentadas, o aluno se encontre impossibilitado de estar presente no espaço onde decorre a aula de educação física deve ser encaminhado para um espaço em que seja pedagogicamente acompanhado.

Artigo 80.º

Justificação de faltas

1. São consideradas justificadas as faltas dadas pelos seguintes motivos:
 - a) Doença do aluno, devendo esta ser informada por escrito pelo encarregado de educação ou pelo aluno quando maior de idade quando determinar um período inferior ou igual a três dias úteis, ou por médico se determinar impedimento superior a três dias úteis, podendo, quando se trate de doença de carácter crónico ou recorrente, uma única declaração ser aceite para a totalidade do ano letivo ou até ao termo da condição que a determinou;
 - b) Isolamento profilático, determinado por doença infetocontagiosa de pessoa que coabita com o aluno, comprovada através de declaração da autoridade sanitária competente;
 - c) Falecimento de familiar, durante o período legal de justificação de faltas por falecimento de familiar previsto no regime do contrato de trabalho dos trabalhadores que exercem funções públicas;
 - d) Nascimento de irmão, durante o dia do nascimento e o dia imediatamente posterior;
 - e) Realização de tratamento ambulatorio, em virtude de doença ou deficiência, que não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas;

- f) Assistência na doença a membro do agregado familiar, nos casos em que, comprovadamente, tal assistência não possa ser prestada por qualquer outra pessoa;
 - g) Comparência a consultas pré-natais, período de parto e amamentação, nos termos da legislação em vigor;
 - h) Ato decorrente da religião professada pelo aluno, desde que o mesmo não possa efetuar-se fora do período das atividades letivas e corresponda a uma prática comumente reconhecida como própria dessa religião;
 - i) Participação em atividades culturais e desportivas reconhecidas, nos termos da lei, como de interesse público ou consideradas relevantes pelas respetivas autoridades escolares;
 - j) Preparação e participação em atividades desportivas de alta competição, nos termos legais aplicáveis;
 - k) Cumprimento de obrigações legais que não possam efetuar-se fora do período das atividades letivas;
 - l) Outro facto impeditivo da presença na escola ou em qualquer atividade escolar, desde que, comprovadamente, não seja imputável ao aluno e considerado atendível pelo diretor ou pelo diretor de turma;
 - m) As decorrentes de suspensão preventiva aplicada no âmbito de procedimento disciplinar, no caso de ao aluno não vir a ser aplicada qualquer medida disciplinar sancionatória, lhe ser aplicada medida não suspensiva da escola, ou na parte em que ultrapassem a medida efetivamente aplicada;
 - n) Participação em visitas de estudo previstas no plano de atividades da escola, relativamente às disciplinas ou áreas disciplinares não envolvidas na referida visita.
2. A justificação das faltas exige um pedido escrito apresentado pelos pais ou encarregados de educação ou, quando maior de idade, pelo próprio, ao diretor de turma, com indicação do dia e da atividade letiva em que a falta ocorreu, referenciando os motivos justificativos da mesma na caderneta escolar, tratando-se de aluno do ensino básico, ou em impresso próprio, tratando-se de aluno do ensino secundário.
3. O diretor de turma pode solicitar aos pais ou encarregado de educação, ou ao aluno maior de idade, os comprovativos adicionais que entenda necessários à justificação da falta, devendo, igualmente, qualquer entidade que para esse efeito for contactada, contribuir para o correto apuramento dos factos.
4. A justificação da falta deve ser apresentada previamente, sendo o motivo previsível, ou, nos restantes casos, até ao 3.º dia útil subsequente à verificação da mesma.
5. Nas situações de ausência justificada às atividades escolares, o aluno tem o direito a beneficiar de medidas, conducentes à recuperação das aprendizagens em falta, nomeadamente apoios na BE/CREAP, envio de materiais didáticos e/ou outras consideradas pertinentes.

6. No caso de ausência, por suspensão preventiva e em função da decisão final de procedimento disciplinar, o aluno tem direito a beneficiar de medidas conducentes à recuperação das aprendizagens.

Artigo 81.º

Faltas injustificadas

1. As faltas são injustificadas quando:
 - a) Não tenha sido apresentada justificação;
 - b) A justificação tenha sido apresentada fora do prazo;
 - c) A justificação não tenha sido aceite;
 - d) A marcação da falta resulte da aplicação da ordem de saída da sala de aula ou de medida disciplinar sancionatória.
2. Na situação prevista na alínea c) do número anterior, a não aceitação da justificação apresentada deve ser fundamentada de forma sintética.
3. As faltas injustificadas são comunicadas aos pais ou encarregados de educação, ou ao aluno maior de idade, pelo diretor de turma, no prazo máximo de três dias úteis, pelo meio mais expedito.

Artigo 82.º

Excesso grave de faltas

1. Em cada ano letivo as faltas injustificadas não podem exceder o dobro do número de tempos letivos semanais por disciplina, sem prejuízo do disposto no número seguinte.
2. Quando for atingido metade dos limites de faltas previstos no número anterior, os pais ou o encarregado de educação ou o aluno maior de idade são convocados à escola, pelo meio mais expedito, pelo diretor de turma ou pelo professor que desempenhe funções equiparadas.
3. A notificação referida no número anterior tem como objetivo alertar para as consequências da violação do limite de faltas e procurar encontrar uma solução que permita garantir o cumprimento efetivo do dever de assiduidade.
4. Caso se revele impraticável o referido nos números anteriores, por motivos não imputáveis à escola, e sempre que a gravidade especial da situação o justifique, a respetiva comissão de proteção de crianças e jovens em risco deve ser informada do excesso de faltas do aluno menor de idade, assim como dos procedimentos e diligências até então adotados pela escola e pelos encarregados de educação, procurando em conjunto soluções para ultrapassar a sua falta de assiduidade.
5. Nas outras ofertas formativas que exigem níveis mínimos de cumprimento da respetiva carga horária, o aluno encontra-se na situação de excesso de faltas quando ultrapassa os limites de faltas justificadas e ou injustificadas daí decorrentes, relativamente a cada disciplina, módulo, unidade ou área de formação, nos termos previstos na regulamentação própria.

Artigo 83.º

**Efeitos da
ultrapassagem dos limites de faltas**

1. A ultrapassagem dos limites de faltas injustificadas previstos no n.º 1 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e obriga o aluno faltoso ao cumprimento de medidas de recuperação e ou corretivas específicas.
2. A ultrapassagem dos limites de faltas previstos nas ofertas formativas a que se refere o n.º 5 do artigo anterior constitui uma violação dos deveres de frequência e assiduidade e tem para o aluno as consequências estabelecidas na regulamentação específica das outras ofertas formativas.
3. O previsto nos números anteriores não exclui a responsabilização dos pais ou encarregados de educação do aluno, designadamente, nos termos dos artigos 44.º e 45.º do EAAE.
4. Todas as situações, atividades, medidas ou suas consequências previstas no presente artigo são obrigatoriamente comunicadas, pelo meio mais expedito, ao encarregado de educação ou ao aluno, quando maior de idade, ao diretor de turma e ao professor tutor do aluno, sempre que designado, e registadas no processo individual do aluno.
5. A ultrapassagem do limite de faltas relativamente às atividades de apoio ou complementares de inscrição ou de frequência facultativa implica a imediata exclusão do aluno das atividades em causa.

Artigo 84.º

Medidas de recuperação e de integração

1. Independentemente da modalidade de ensino frequentada, a violação dos limites de faltas previstos no artigo 82.º determina o cumprimento de atividades que permitam recuperar atrasos na aprendizagem pelas quais os alunos e os seus encarregados de educação são corresponsáveis.
2. A atividades de recuperação da aprendizagem, quando a elas houver lugar, são decididas pelos professores das disciplinas em que foi ultrapassado o limite de faltas, de acordo com as regras constantes dos números seguintes aprovadas pelo Conselho Pedagógico.
3. As atividades de recuperação de atrasos na aprendizagem podem revestir forma oral, prática ou escrita, de acordo com a situação específica do aluno e a natureza da disciplina. Estas atividades ocorrem após a verificação do excesso de faltas e apenas podem ser aplicadas uma única vez no decurso de cada ano letivo.
4. O disposto no número anterior é aplicado independentemente do ano de escolaridade ou do número de disciplinas em que se verifique a ultrapassagem do limite de faltas.
5. O Diretor de Turma articula com o(s) professor(es) da(s) disciplina(s), em causa, a decisão e o momento em que as atividades de recuperação são realizadas, bem como as matérias a trabalhar nas mesmas, as quais se confinam às tratadas nas aulas cuja ausência originou a situação de excesso de faltas.

6. Compete ao diretor de turma informar o aluno, o Encarregado de Educação e o diretor sobre o(s) dia(s), hora(s), local, tipo de atividades de recuperação e conteúdos do programa curricular a desenvolver, utilizando para o efeito os registos normalizados da ESAM.
7. Sempre que cesse o incumprimento do dever de assiduidade por parte do aluno, são desconsideradas as faltas em excesso.
8. Cessa o dever de cumprimento das atividades e medidas a que se refere o presente artigo, com as consequências daí decorrentes para o aluno, de acordo com a sua concreta situação, sempre que para o cômputo do número e limites de faltas nele previstos tenham sido determinantes as faltas registadas na sequência da aplicação de medida corretiva de ordem de saída da sala de aula ou disciplinar sancionatória de suspensão.

Artigo 85.º

Incumprimento ou ineficácia das medidas

1. O incumprimento das medidas previstas no artigo anterior ou a sua ineficácia determinam, tratando-se de aluno menor de 18 anos, a comunicação obrigatória do facto à respetiva comissão de proteção de crianças e jovens, de forma a procurar encontrar, com a colaboração da escola e, sempre que possível, com a autorização e corresponsabilização dos pais ou encarregados de educação, uma solução adequada ao processo formativo do aluno e à sua inserção social e socioprofissional, considerando, de imediato, a possibilidade de encaminhamento do aluno para diferente percurso formativo.
2. A opção a que se refere o número anterior tem por base as medidas definidas na lei sobre o cumprimento da escolaridade obrigatória, podendo, na iminência de abandono escolar, ser aplicada a todo o tempo, sem necessidade de aguardar pelo final do ano escolar.
3. Tratando-se de aluno com idade superior a 12 anos que já frequentou, no ano letivo anterior, o mesmo ano de escolaridade, poderá haver lugar, até final do ano letivo em causa e por decisão do diretor, à prorrogação da medida corretiva aplicada nos termos do artigo anterior.
4. Quando a medida a que se referem os n.ºs 1 e 2 não for possível ou o aluno for encaminhado para oferta formativa diferente da que frequenta e o encaminhamento ocorra após 31 de janeiro, o não cumprimento das atividades e ou medidas previstas no artigo anterior ou a sua ineficácia por causa não imputável à escola determinam ainda, logo que determinado pelo conselho de turma:
 - a) A retenção no ano de escolaridade em curso, no caso de frequentarem o ensino básico, ou a exclusão na disciplina ou disciplinas em que se verifique o excesso de faltas, tratando-se de alunos do ensino secundário, sem prejuízo da obrigação de frequência da escola até final do ano letivo e até perfazerem os 18 anos de idade, ou até ao encaminhamento para o novo percurso formativo, se ocorrer antes.
5. Independentemente da modalidade de ensino frequentada, o incumprimento ou a ineficácia das medidas previstas no artigo 84.º implica, independentemente da idade do aluno, a

exclusão dos módulos ou unidades de formação das disciplinas ou componentes de formação em curso no momento em que se verifica o excesso de faltas.

6. As atividades a desenvolver pelo aluno decorrentes do dever de frequência no horário da turma ou das disciplinas de que foi retido ou excluído serão definidas pelo diretor de turma em conjunto com o diretor, mediante a especificidade de cada caso.
7. O incumprimento ou a ineficácia das medidas e atividades referidas no presente artigo implica também restrições à realização de provas de equivalência à frequência ou de exames, sempre que tal se encontre previsto em regulamentação específica.
8. O incumprimento reiterado do dever de assiduidade e ou das atividades a que se refere o número anterior pode dar ainda lugar à aplicação de medidas disciplinares sancionatórias.

Medidas Disciplinares

Artigo 86.º

Medidas disciplinares corretivas

1. As medidas corretivas prosseguem finalidades pedagógicas, dissuasoras e de integração, assumindo uma natureza eminentemente preventiva.
2. São medidas disciplinares corretivas, sem prejuízo de outras que, obedecendo ao disposto no número anterior, venham a estar contempladas no RI da escola:
 - a) A advertência;
 - b) A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar;
 - c) A realização de tarefas e atividades de integração na escola ou na comunidade, podendo para o efeito ser aumentado o período diário e ou semanal de permanência obrigatória do aluno na escola ou no local onde decorram as tarefas ou atividades, nos termos previstos no artigo seguinte;
 - d) Condicionamento no acesso a certos espaços escolares ou na utilização de certos materiais e equipamentos, sem prejuízo dos que se encontrem afetos a atividades letivas;
 - e) A mudança de turma.
3. A advertência consiste numa chamada verbal de atenção ao aluno, perante um comportamento perturbador do funcionamento normal das atividades escolares ou das relações entre os presentes no local onde elas decorrem, com vista a alertá-lo para que deve evitar tal tipo de conduta e a responsabilizá-lo pelo cumprimento dos seus deveres como aluno.
4. Na sala de aula a advertência é da exclusiva competência do professor, cabendo, fora dela, a qualquer professor ou membro do pessoal não docente.
5. A ordem de saída da sala de aula e demais locais onde se desenvolva o trabalho escolar é da exclusiva competência do professor respetivo e implica a marcação de falta injustificada ao aluno e a permanência do aluno na escola.

6. A aplicação no decurso do mesmo ano letivo e ao mesmo aluno da medida corretiva de ordem de saída da sala de aula pela terceira vez, por parte do mesmo professor, ou pela quinta vez, independentemente do professor que a aplicou, implica a análise da situação em conselho de turma, tendo em vista a identificação das causas e a pertinência da proposta de aplicação de outras medidas disciplinares corretivas ou sancionatórias.
7. A aplicação das medidas corretivas previstas nas alíneas c), d) e e) do n.º 2 é da competência do diretor da escola que, para o efeito, pode ouvir o diretor de turma ou o professor da turma a que o aluno pertença, bem como o professor tutor ou o gabinete de integração e apoio.
8. O disposto no número anterior é aplicável, com as devidas adaptações, à aplicação e posterior execução da medida corretiva prevista na alínea d) do n.º 2, a qual não pode ultrapassar o período de tempo correspondente a um ano escolar.
9. A aplicação das medidas corretivas previstas no n.º 2 é comunicada aos pais ou ao encarregado de educação, tratando-se de aluno menor de idade.

Artigo 87.º

**Atividades de integração
na escola ou na comunidade**

1. O cumprimento por parte do aluno da medida corretiva prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo anterior obedece, ainda, ao disposto nos números seguintes.
2. O cumprimento das medidas corretivas realiza-se em período suplementar ao horário letivo, no espaço escolar ou fora dele, neste caso com acompanhamento dos pais ou encarregados de educação ou de entidade local ou localmente instalada idónea e que assuma corresponsabilizar-se, nos termos a definir em protocolo escrito celebrado nos termos previstos no RI da escola.
3. O cumprimento das medidas corretivas realiza-se sempre sob supervisão da escola, designadamente, através do diretor de turma ou assessor ou do professor tutor.
4. O previsto no n.º 2 não isenta o aluno da obrigação de cumprir o horário letivo da turma em que se encontra inserido ou de permanecer na escola durante o mesmo.
5. Sem embargo de outras medidas julgadas especialmente adequadas e propostas pelo conselho de turma, as atividades de integração escolar devem, sempre que possível, incluir a reparação de eventuais danos materiais provocados pelo aluno, sem prejuízo do disposto na alínea l) do n.º 2 do artigo 43.º do EAEE e compreendem:
 - a) Condicionamento ou inibição, total ou parcial, da saída dos alunos das instalações escolares durante os intervalos, ainda que com permissão escrita dos encarregados de educação;
 - b) Limpeza de instalações e mobiliário, sob orientação de um assistente operacional;
 - c) Execução de pequenas reparações de equipamento ou instalações, sob a orientação de um assistente operacional;

- d) Elaboração de trabalhos escolares sobre temas a especificar, a realizar no centro de recursos, ou em local a determinar e poderão ter a seguinte duração:
 - i. Uma unidade letiva;
 - ii. Uma unidade letiva durante duas semanas;
 - iii. Duas unidades letivas durante duas semanas;
- e) Execução de tarefas de utilidade para o funcionamento da turma;
- f) Execução de tarefas de utilidade pública na comunidade envolvente.

Artigo 88.º

Medidas disciplinares sancionatórias

1. As medidas disciplinares sancionatórias traduzem uma sanção disciplinar imputada ao comportamento do aluno, devendo a ocorrência dos factos suscetíveis de configurar ser participada de imediato pelo professor ou funcionário que a presenciou ou dela teve conhecimento ao diretor, com conhecimento ao diretor de turma e ao professor tutor ou à equipa de integração e apoios ao aluno.
2. São medidas disciplinares sancionatórias:
 - a) A repreensão registada;
 - b) A suspensão até três dias úteis;
 - c) A suspensão da escola entre quatro e doze dias úteis;
 - d) A transferência de escola;
 - e) A expulsão da escola.
3. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de repreensão registada, quando a infração for praticada na sala de aula, é da competência do professor respetivo, competindo ao diretor nas restantes situações, averbando-se no respetivo processo individual do aluno, a identificação do autor do ato decisório, data em que o mesmo foi proferido e fundamentação de facto e de direito de tal decisão.
4. A suspensão até três dias úteis, enquanto medida dissuasora, é aplicada, com a devida fundamentação dos factos que a suportam, pelo diretor, após o exercício dos direitos de audiência e defesa do visado.
5. Compete ao diretor, ouvidos os pais ou o encarregado de educação do aluno, quando menor de idade, fixar os termos e condições em que a aplicação da medida disciplinar sancionatória referida no número anterior é executada, garantindo ao aluno um plano de atividades pedagógicas a realizar, com responsabilização daqueles e podendo igualmente, se assim o entender, estabelecer eventuais parcerias ou celebrar protocolos ou acordos com entidades públicas ou privadas.
6. Sem prejuízo do preceituado no número anterior, poderá, ainda, o diretor recorrer aos SPO, ao departamento de educação especial, ao BE/CREAP e ao GASA.
7. Compete ao diretor a decisão de aplicar a medida disciplinar sancionatória de suspensão da escola entre quatro e doze dias úteis, precedida de procedimento disciplinar, podendo previamente ouvir o conselho de turma, para o qual deve ser convocado o professor tutor,

quando exista e não seja professor da turma.

8. No momento da instauração do procedimento disciplinar, mediante decisão da entidade que o instaurou, ou no decurso da sua instauração por proposta do instrutor, o diretor pode decidir a suspensão preventiva do aluno, mediante despacho fundamentado sempre que:
 - a) A sua presença na escola se revelar gravemente perturbadora do normal funcionamento das atividades escolares;
 - b) Tal seja necessário e adequado à garantia da paz pública e da tranquilidade na escola;
 - c) A sua presença na escola prejudique a instrução do procedimento disciplinar.
9. O não cumprimento do plano de atividades pedagógicas a que se refere o n.º 5, pode dar lugar à instauração de novo procedimento disciplinar, considerando-se a recusa circunstância agravante.
10. A aplicação da medida disciplinar sancionatória de transferência de escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da educação, precedendo a conclusão de procedimento disciplinar, com fundamento na prática de factos notoriamente impeditivos do prosseguimento do processo de ensino dos restantes alunos da escola ou do normal relacionamento com algum ou alguns dos membros da comunidade educativa.
11. A medida disciplinar sancionatória de transferência de escola apenas é aplicada a aluno de idade igual ou superior a 10 anos e, frequentando o aluno a escolaridade obrigatória, desde que esteja assegurada a frequência de outro estabelecimento situado na mesma localidade ou na localidade mais próxima, desde que servida de transporte público ou escolar.
12. A aplicação da medida disciplinar de expulsão da escola compete, com possibilidade de delegação, ao diretor-geral da Educação precedendo conclusão de procedimento disciplinar e consiste na retenção do aluno no ano de escolaridade que frequenta quando a medida é aplicada e na proibição de acesso ao espaço escolar até ao final daquele ano escolar e nos dois anos escolares imediatamente seguintes.
13. A medida disciplinar de expulsão da escola é aplicada ao aluno maior quando, de modo notório, se constate não haver outra medida ou modo de responsabilização no sentido do cumprimento dos seus deveres como aluno.
14. Complementarmente às medidas previstas no n.º 2, compete ao diretor decidir sobre a reparação dos danos ou a substituição dos bens lesados ou, quando aquelas não forem possíveis, sobre a indemnização dos prejuízos causados pelo aluno à escola ou a terceiros, podendo o valor da reparação calculado ser reduzido, na proporção a definir pelo diretor, tendo em conta o grau de responsabilidade do aluno e ou a sua situação socioeconómica.

Artigo 89.º

Cumulação de medidas disciplinares

1. A aplicação de medidas disciplinares corretivas previstas das alíneas a) a e) do n.º 2 do artigo 86.º é cumulável entre si.
2. A aplicação de uma ou mais das medidas corretivas é cumulável apenas com a aplicação

de uma medida disciplinar sancionatória.

3. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, por cada infração apenas pode ser aplicada uma medida disciplinar sancionatória.

Artigo 90.º

Valorização do mérito

1. Anualmente, serão atribuídos certificados de mérito aos alunos do terceiro ciclo do ensino básico, que reúnam cumulativamente as seguintes condições:
 - a) Estejam inscritos pela primeira vez no respetivo ano de escolaridade;
 - b) A média aritmética das classificações não seja inferior a 4,5;
 - c) A avaliação em todas as áreas curriculares não disciplinares seja de Satisfaz Bem;
 - d) Não apresentem qualquer classificação inferior a 3.
2. Os alunos referidos no número anterior serão selecionados tendo em consideração atitudes e valores, após auscultação do respetivo conselho de turma.
3. Anualmente, serão atribuídos certificados de mérito aos melhores alunos do ensino secundário, que estejam inscritos na totalidade das disciplinas obrigatórias, pela primeira vez, e cuja média aritmética não seja inferior a 17,5 valores.
4. Os alunos referidos no número anterior serão selecionados com base na média aritmética simples, arredondada às décimas, da totalidade das disciplinas do ano em que estão inscritos, após auscultação do respetivo conselho de turma.
5. Serão também atribuídos certificados de mérito aos alunos que se destaquem científica e culturalmente e que contribuam para a projeção da escola a nível nacional e internacional.
6. Serão ainda atribuídos certificados de mérito aos alunos que se destacarem pelo desempenho de ações meritórias em favor da comunidade.
7. As propostas de atribuição de certificados previstos no número anterior serão apresentadas por qualquer elemento da comunidade educativa ao diretor, que ponderará a sua atribuição, após auscultação do respetivo conselho de turma para o efeito convocado.
8. Não poderão ser atribuídos certificados de mérito aos alunos a quem tenham sido aplicadas reiteradamente medidas disciplinares corretivas ou medidas disciplinares sancionatórias superiores a repreensão registada.

DOCENTES

Artigo 91.º

Direitos e deveres

Os direitos e deveres do pessoal docente são os constantes no [estatuto da carreira docente \(ECD\)](#).

PESSOAL NÃO DOCENTE

Artigo 92.º

Pessoal não docente

O pessoal não docente é composto por:

- a) Técnico Superior - Psicóloga(s) dos SPO; Técnicos de orientação reconhecimento e validação de competências; Intérpretes de LGP; Terapeutas da fala.
- b) Assistente técnico - Coordenador técnico; Assistente técnico.
- c) Assistente operacional - Encarregado operacional; Assistente operacional.

Artigo 93.º

Atribuições do pessoal não docente

- 1. O pessoal não docente deve colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa, incentivando o respeito pelas regras de convivência, promovendo um bom ambiente educativo e contribuindo, em articulação com os docentes, os pais ou encarregados de educação, para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem.
- 2. Aos SPO incumbe ainda o papel especial de colaborar na identificação e prevenção de situações problemáticas de alunos e fenómenos de violência e na elaboração de planos de acompanhamento para estes, envolvendo a comunidade educativa.

Artigo 94.º

Direitos do pessoal não docente

São direitos do pessoal não docente:

- a) Apresentar, individual ou coletivamente através dos seus representantes, sugestões que considerem pertinentes;
- b) Ser ouvido aquando da distribuição de serviço;
- c) Auferir de ações de formação que concorram para o seu aperfeiçoamento profissional.
- d) Ser respeitado pela sua pessoa e pelas funções que desempenha.
- e) Desempenhar as suas funções profissionais com segurança.
- f) Ser informado de todos os assuntos pertinentes para o desempenho das suas funções na escola.

Artigo 95.º

Deveres do pessoal não docente

São deveres do pessoal não docente:

- a) Colaborar no acompanhamento e integração dos alunos na comunidade educativa;
- b) Respeitar as regras de boa convivência, de modo a potenciar o sucesso dos discentes e promover um bom ambiente educativo;
- c) Colaborar com os docentes e encarregados de educação para prevenir e resolver problemas comportamentais e de aprendizagem;
- d) Observar as disposições constantes da legislação em vigor, das normas do presente regulamento e das instruções emanadas do órgão de gestão;
- e) Cumprir com rigor e eficácia as tarefas que lhe forem destinadas;
- f) Permanecer no local de trabalho, não se ausentando durante as horas de serviço;
- g) Revelar disponibilidade para com o pessoal docente em tudo o que se relacionar com as aulas e outras atividades escolares;
- h) Usar, quando em serviço, de forma visível a necessária identificação.
- i) Usar de urbanidade com todos os elementos da comunidade educativa;
- j) Ser diariamente portador do cartão eletrónico, utilizando-o para efeitos de registo/controlo pontométrico e para pagamento de produtos e serviços prestados pela escola.

Artigo 96.º

Assembleia do pessoal não docente

1. Sem prejuízo do disposto na alínea a) do artigo 94.º e quando reunido em assembleia, o pessoal não docente tem direito a emitir pareceres junto do diretor, que àquela presidirá.
2. A assembleia é convocada pelo diretor, por iniciativa deste ou a solicitação dos responsáveis pelos respetivos serviços, podendo aquela ser circunscrita apenas a um dos serviços.

PAIS E ENCARREGADOS DE EDUCAÇÃO

Artigo 97.º

Direitos e deveres dos pais e encarregados de educação

1. Aos pais e encarregados de educação incumbe, para além das suas obrigações legais, uma especial responsabilidade, inerente ao seu poder-dever de dirigirem a educação dos seus filhos e educandos, no interesse destes, e de promoverem ativamente o desenvolvimento físico, intelectual, psicológico, social e moral dos mesmos.
2. Nos termos da responsabilidade referida no número anterior, cada um dos pais e encarregados de educação tem direito a:
 - a) Acompanhar ativamente a vida escolar do seu educando;
 - b) Diligenciar para que o seu educando beneficie efetivamente dos seus direitos;
 - c) Contribuir para a criação e execução do projeto educativo e do RI da escola e participar na vida da escola;
 - d) Obter atempadamente informação dos factos invocados em processo disciplinar que incida sobre o seu educando;
 - e) Integrar ativamente a comunidade educativa no desempenho das demais responsabilidades desta, em especial informando-se, sendo informado e informando sobre todas as matérias relevantes no processo educativo dos seus educandos;
 - f) Comparecer na escola sempre que julgue necessário, preferencialmente com a observância do tempo disponibilizado pelo diretor de turma.
3. Nos termos da responsabilidade referida no n.º 1 deste artigo, cada um dos pais e encarregados de educação tem o dever de:
 - a) Promover a articulação entre a educação na família e o ensino escolar;
 - b) Diligenciar para que o seu educando cumpra pontualmente os deveres que lhe incumbem, com destaque para os deveres de assiduidade, de correto comportamento escolar e de empenho no processo de aprendizagem;
 - c) Cooperar com os professores no desempenho da sua missão pedagógica em especial quando para tal forem solicitados, colaborando no processo de ensino e aprendizagem dos seus educandos;
 - d) Contribuir para a preservação da disciplina da escola e para a harmonia da comunidade educativa, em especial quando para tal forem solicitados;
 - e) Contribuir para o correto apuramento dos factos em processo disciplinar que incida sobre o seu educando e, sendo aplicada a esta medida disciplinar, diligenciar para que a mesma prossiga os objetivos de reforço da sua formação cívica do desenvolvimento equilibrado da sua personalidade da sua capacidade de se relacionar com os outros, da sua plena integração na comunidade educativa e do seu sentido de responsabilidade;

- f) Contribuir para a preservação da segurança e integridade física e moral de todos os que participam na vida da escola;
- g) Comparecer na escola sempre quando para tal for solicitado;
- h) Conhecer o RI da escola e subscrever, fazendo subscrever igualmente aos seus filhos e educandos, a declaração anual de aceitação do mesmo e de compromisso ativo quanto ao seu cumprimento integral.

Artigo 98.º
**Associação de pais
e encarregados de educação**

A associação de pais e encarregados de educação tem o direito a:

- a) Participar nos termos do regime de autonomia, administração e gestão dos estabelecimentos públicos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário, na definição da política educativa da escola ou agrupamento;
- b) Participar, nos termos da lei, na administração e gestão dos estabelecimentos de educação ou de ensino;
- c) Reunir com órgãos de administração e gestão do estabelecimento de educação ou de ensino em que esteja inscrita a generalidade dos filhos e educandos dos seus associados, designadamente para acompanhar a participação dos pais nas atividades da escola;
- d) Distribuir a documentação de interesse das associações de pais e afixá-la em locais destinados para o efeito no estabelecimento de educação ou de ensino;
- e) Beneficiar de apoio documental a facultar pelo estabelecimento de educação ou ensino ou pelos serviços competentes do Ministério da Educação;
- f) Reunir nas instalações da escola solicitando, para o efeito, a cedência das mesmas.

CAPÍTULO IX

OUTRAS DISPOSIÇÕES

Artigo 99.º

Visitas de estudo

1. As visitas de estudo encontram-se regulamentadas pelo [Despacho n.º 6147/2019, de 4 de julho](#).
2. Da proposta de visita de estudo, deverá constar o itinerário, os objetivos curriculares, as modalidades de avaliação, os alunos/turmas participantes e os respetivos professores proponentes e acompanhantes.
3. As visitas de estudo realizar-se-ão preferencialmente na última semana de aulas do primeiro e segundo períodos letivos.
4. A justificação das visitas de estudo realizadas fora do período referido no número anterior deverá ser apreciada pelo conselho pedagógico.
5. A participação da turma na visita de estudo fica condicionada à participação de mais de dois terços dos alunos matriculados na(s) disciplina(s) envolvida(s).
6. A não comparência do aluno, numa visita de estudo, deverá ser justificada pelo Encarregado de Educação, ou pelo aluno quando maior de idade.
7. A avaliação das visitas de estudo será realizada em Conselho de Turma e no âmbito do(s) grupo(s) de recrutamento envolvido(s).
8. A deslocação e a participação dos alunos em atividades/visitas de estudo que ocorram no exterior da escola, nos limites do concelho de Viseu, considerar-se-ão prévia e expressamente autorizadas pelos pais e encarregados de educação, mediante aposição da respetiva assinatura em impresso próprio.
9. Incumbe aos pais e encarregados de educação a revogação da autorização, referida no número anterior, devendo fazê-lo por escrito e em tempo útil, junto do diretor de turma.

Artigo 100.º

Direito à imagem

1. O consentimento para recolha de imagens, fotográficas ou outras, fora ou dentro do recinto escolar, bem como a sua publicação, pela e nos suporte ou canais usuais de divulgação institucional da ESAM, referentes à participação de alunos menores no âmbito de atividades ou eventos da escola, considerar-se-á prévia e expressamente dado pelos pais e encarregados de educação, mediante a aposição da respetiva assinatura em impresso próprio, disponibilizado pelo diretor de turma.
2. Incumbe aos pais e encarregados de educação a revogação do consentimento, referido no número anterior, devendo fazê-lo por escrito e em tempo útil, junto do diretor de turma.

Artigo 101.º

Acesso e utilização de instalações pela comunidade escolar

1. O acesso à escola é permitido mediante a apresentação de cartão de identificação da escola.
2. O acesso pedonal ao recinto escolar faz-se, exclusivamente, através do portão principal da escola, situado na Av. Infante D. Henrique, com exceção das situações devidamente autorizadas.
3. A circulação dos alunos para as atividades letivas é feita através dos acessos laterais do edifício escolar.
4. É permitida a entrada e circulação no recinto escolar a veículos de pessoal docente e não docente e a veículos em serviço de abastecimento, de socorro e de transporte de portadores de deficiência ou em circunstâncias devidamente autorizadas, através dos portões identificados para o efeito.
5. É permitido o estacionamento no recinto escolar, a veículos de pessoal docente e não docente, apenas nas zonas definidas para o efeito e no caso de se encontrar lotado, os utilizadores devem procurar estacionamento no exterior da escola.
6. Não é permitida a permanência dos alunos nos corredores da escola durante as atividades letivas.
7. A utilização dos cacifos existentes na escola rege-se por normas constantes de [regulamento específico](#), aprovado em conselho geral e disponível no sítio da internet da ESAM.
8. Em períodos não letivos, a utilização das instalações será permitida, mediante autorização prévia do diretor e deverá ser requerida com a antecedência mínima de 48 horas.
9. Os utilizadores responsabilizar-se-ão pela reparação dos danos causados e estarão sujeitos a todas as regras em vigor na escola.

Artigo 102.º

Acesso e utilização de instalações por outros elementos não pertencentes à comunidade escolar

1. O acesso às instalações de pessoas não pertencentes à comunidade escolar é permitido mediante a apresentação do cartão de cidadão ou outro documento de identificação válido e indicação do serviço a que se dirigem.
2. A Escola poderá facultar as suas instalações, nos termos do protocolado com a Parque Escolar.

Artigo 103.º

Atas

Para além dos registos magnéticos ou informáticos, as atas deverão constar de suportes escritos, serem devidamente datadas, numeradas e autenticadas, página a página, pelo

presidente e secretário dos respetivos órgãos e delas deve constar o que de essencial se tiver passado nas reuniões, designadamente a ordem de trabalhos e o resultado das deliberações.

Artigo 104.º

Cartão eletrónico

1. O cartão eletrónico é pessoal e intransmissível e permite o acesso à escola e a obtenção de serviços e produtos oferecidos pela mesma.
2. A utilização do cartão eletrónico está estatuída pelo [regulamento específico](#) e disponível no sítio da internet da ESAM.
3. Em caso de extravio, furto ou outra situação anómala com o referido cartão, deverá o utente comunicar, de imediato, o facto aos serviços administrativos a fim de se proceder ao seu cancelamento.
4. A escola não assumirá qualquer responsabilidade pelo uso ilícito do referido cartão.
5. As quantias não utilizadas pelo utente serão restituídas, no final do ano letivo, a seu pedido ou quando terminar o vínculo à escola.

CAPÍTULO X

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 105.º

Revisão do regulamento interno

O presente regulamento pode ser revisto ordinariamente quatro anos após a sua aprovação e, extraordinariamente, a todo tempo por deliberação do conselho geral, votada por maioria absoluta dos membros em efetividade de funções.

Artigo 106.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no 5.º dia posterior à sua aprovação.

Artigo 107.º

Normas supletivas

Os direitos e deveres constantes dos capítulos IV, V, VI, VII e VIII do presente regulamento não excluem quaisquer outros previstos nos normativos em vigor.

This architectural drawing shows the main facade of the building. It is a long, symmetrical structure with a central entrance featuring a decorative pediment and columns. The facade is punctuated by numerous windows, some of which are grouped together. The building is flanked by trees and shrubs, and the overall style is that of a formal institutional or academic building.

Anexo I - Modelo 1

Lista: _____;

Recebida em: ____ / ____ / _____. O(A) Chefe Serviços Administrativos: _____

CANDIDATOS – PESSOAL DOCENTE

[illegible][illegible]

ESCOLA SECUNDÁRIA ALVES MARTINS



Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Anexo II - Modelo 2

CONSELHO GERAL

Lista: _____;

Recebida em: ____ / ____ / _____. O(A) Chefe Serviços Administrativos: _____

Afixada em: ____ / ____ / _____. O(A) Presidente do Conselho Geral: _____

CANDIDATOS – PESSOAL NÃO DOCENTE

Nome	Categoria	Efetivo ou Suplente	Assinatura

PROPONENTES

Nome	Categoria	Assinatura

This architectural drawing shows the main facade of the building. It is a long, symmetrical structure with a central entrance featuring a small pediment and a decorative archway. The facade is composed of several large windows with decorative frames, and the building is flanked by trees and landscaping. The drawing is a black and white line art representation.

Desde 1849 ao Serviço do Ensino Público em Viseu

Anexo III - Modelo 3

CONSELHO GERAL

Lista: _____;

Recebida em: ____ / ____ / _____. O(A) Chefe Serviços Administrativos: _____

Afixada em: ____ / ____ / _____. O(A) Presidente do Conselho Geral: _____

CANDIDATOS – ALUNOS

Nome	Efetivo ou Suplente	Ano / Turma	Assinatura

PROPONENTES

[illegible]